



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

1 Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2015, às 19h20min. na sede do
2 CEA/SEMA/Londrina à Rua da Natureza, nº 155, reuniram-se os Conselheiros constantes na
3 lista de presença em anexo. A reunião teve início em segunda convocação, com a presença
4 dos seguintes conselheiros: Cícero Cipriano Pinto (UFA), Luis Fenando dos Santos Egídio
5 (Comunidade Deus Forte Provedor), André Moreira de Aguiar (SETCEPAR), Antônio
6 Carlos Ajarilla (SANPEAR), Cleber Gustavo Góes (Amigos da Mata dos Godoy),
7 Gustavo Marconi (Grupo de Escoteiros Verde Vale), Roberta Silveira Queiroz (OAB),
8 Paulo Roberto Gutierrez (CRBIO), Maria José Sartor (UEL), Gerson Galdino (SEMA
9 Municipal), Marcos Pedracci (IPPUL), Denise Maria Ziober (Suplente - COHAB).
10 Estiveram presentes ainda, os seguintes observadores e colaboradores: Nei Lúcio
11 Domiciano, Daniela dos Santos Ferreria (Advogada), Dora Consani (CONDEMA-
12 Rolândia), Daniel Steidle (Fazenda Bimini-Rolândia), Demerval Anderson (Defesa
13 Civil), Adrian Saegesser (Pousada Marabú – Rolândia) , Manoel J. Silva, Alexandre
14 Zuliani (CMTU), Osvaldo Aparecido dos Santos (Secretaria de Obras), Carlos Roberto
15 Pinto (SANEPAR), José Carlos Bruno (SEMA*CMTU), Cláudio A. Salomão (SINDTEM
16 – PR), Roseli Gomes da S. Fortunato Flávia Romgnoli (Rde Sustentabilidade), Geraldo
17 leão Carvalho (SINDTEMA – PR) e Luis Ernani Siqueira Queiroz (SINDTEMA PR).
18 Foram justificadas as ausências dos conselheiros Francesca Amaral (ONG Onda
19 Verde) e Rodrigo Zacaria (SINDUSCON). A sessão foi aberta pela senhora Presidente
20 do CONSEMMA, Roberta Silveira Queiroz, com os seguintes assuntos: **1) Defesa Civil
21 de Londrina:** De acordo com o relator, Sr. Demerval Anderson, a Defesa Civil de
22 Londrina existe há 23 anos, no entanto, o seu trabalho até então era muito limitado. A
23 Defesa Civil tem buscado se envolver com outras questões, como por exemplo, vem
24 participando das reuniões da Câmara Técnica de Resíduos, contribuindo nas
25 discussões sobre o P2R2. O Sr. Demerval relatou que a Defesa Civil está presente e à
26 disposição para atuar em algumas questões e projetos de cunho ambiental, podendo
27 inclusive contribuir na busca de recursos destinados especificamente para este fim. O
28 Conselheiro Paulo Gutierrez solicitou que a Defesa Civil enviasse por escrito, quais as
29 situações de risco onde há possibilidade de trabalhar a preservação ambiental, pois
30 seria fundamental para alinhar as ações do CONSEMMA. O Conselheiro Gustavo
31 Marconi relatou que, apesar de não ser muito comum grandes catástrofes na nossa
32 região, a Defesa Civil atua em casos de chuvas com alagamentos, quedas de árvores,
33 entre outras. O Sr. Demerval relatou que a operacionalização como corte de árvores
34 devido às chuvas fortes, tem sido realizada pela Defesa Civil, porém, há outras áreas
35 bastante delicadas na cidade das quais a Defesa Civil não dá conta de atender, como
36 por exemplo, as questões de zoonoses e impermeabilização do solo, que acarretam
37 grandes danos com as fortes chuvas, pois as nossas galerias não suportam o alto
38 índice de impermeabilização da cidade. Relatou que, somente no mês de janeiro deste
39 ano, a Defesa Civil foi responsável pelo corte e retirada de 48 árvores que caíram
40 devido às chuvas, pois o Corpo de Bombeiros não tem atendido as estas ocorrências.
41 Ainda foram realizadas quatro interdições de residências, somente no mês de janeiro.
42 O Conselheiro Cícero questionou se a ausência de projetos tem contribuído para a falta
43 de recursos? Se há carência de profissionais da SEMA para o serviço de poda? Se há



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

44 projetos para viabilizar recursos para estas questões? E por fim sugeriu que a Defesa
45 Civil participe das Câmaras Técnicas para desenvolvimento de projetos que viabilizem
46 recursos. O Sr. Demerval relatou que os recursos vêm para a Secretaria da Defesa
47 Civil, sendo que a maior parte é destinada para o Corpo de Bombeiros, porém, eles
48 têm auxiliado o trabalho da Defesa Civil, com a concessão de equipamentos e EPIs
49 necessários para a realização dos trabalhos, uma vez que a Defesa Civil tem
50 capacidade operacional que desafoga o serviço do Corpo de Bombeiros. Em virtude do
51 interesse e da relevância do tema, a Sra. Presidente convidou a Defesa Civil para uma
52 apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela entidade na próxima reunião do
53 CONSEMMA. **2) Recursos do Fundo:** A Sra. Presidente ressaltou que tem ocorrido
54 algumas deficiências na apresentação de projetos solicitando recursos, fazendo com
55 que eles voltem para adequações. Lembrou ainda que os recursos do FMMA não são
56 para custeio da SEMA, mas para investimentos que contribuam com o trabalho da
57 SENA, como o triturador de galhos e os destocadores, equipamentos importantes para
58 agilizar o trabalho de poda e erradicação de árvores, executado pela SEMA. Na
59 oportunidade, a Sra. Presidente destacou a presença do José Carlos Bruno de Oliveira,
60 Secretário do Meio Ambiente em Exercício e Presidente da CMTU, sendo na
61 sequência, aberto espaço para a fala do Sr. Secretário. **3) Relato do Secretário da**
62 **SEMA:** O Secretário José Carlos Bruno relatou sobre a proximidade das atividades da
63 CMTU da SEMA e argumentou que deve haver um enfrentamento dos problemas,
64 inclusive deve ser discutido o que vai ser feito com o passivo de Londrina, como
65 enfrentá-lo e solucioná-lo. Para isso, segundo o Secretário, é necessário projetos e
66 articulação para solução dos problemas. Disse que a implantação do PEV do Jardim
67 Nova Conquista não é um exemplo, mas é uma mostra de cumprimento dos objetivos
68 traçados. O passivo ambiental tem de ser enfrentado e com soluções imediatas para os
69 problemas pontuais. O secretário colocou-se à disposição do CONSEMMA, tanto na
70 SEMA quanto na CMTU. Na sequência, passou-se a leitura da pauta do dia, com a
71 inclusão do assunto para deliberação de recursos para realização da Conferência de
72 Meio Ambiente de 2015. A Sra. Presidente relatou ainda que justificaram a ausência na
73 reunião de janeiro, os seguintes conselheiros: Roberta Silveira Queiroz (viagem), Irineu
74 Marques (participação em outra reunião), Gabriela Fontoura (motivo de saúde),
75 Alessandro Caseri (mudança de representação), Francesca Amaral (saúde). Também
76 justificaram falta na presente reunião (fevereiro), os seguintes conselheiros: Neusa
77 Emídio e Odair (IBAMA), por motivo de trabalho, Cristina Borba (trabalho), Sandra Oka
78 e Gabriela Fontoura (saúde). O Conselheiro Cícero relatou que, para a próxima gestão,
79 é necessário a alteração da divisão de titularidade, devendo ficar claro na próxima
80 conferência que os eleitos devem assumir o compromisso de representação. O
81 Conselheiro Gustavo Marconi ressaltou que deve ser cobrada a participação dos
82 conselheiros nas Câmaras Técnicas. Na sequência, a Sra. Presidente relatou que,
83 aproveitando o início do ano, é necessário lembrar as conquistas do Conselho
84 durante o ano de 2014, entre elas, a aproximação do Poder Público e a aquisição de
85 equipamentos para a SEMA e CONSEMMA com os recursos do FMMA, além de ações
86 compartilhadas realizadas junto à comunidade local, como as ações de limpeza e



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

87 preservação da Mata Ângelo Cretã. **4) Prestação de Contas:** a) Respostas de Ofício
88 sobre o diagnóstico sobre a situação dos resíduos sólidos em Londrina – A SEMA
89 enviou ofício solicitando que se apresente mais informações sobre o pedido. Foi
90 sugerida uma reunião com a SEMA para esclarecimentos e realização de trabalho
91 conjunto para agilização dos encaminhamentos necessários. O Conselheiro Paulo
92 Gutierrez sugeriu a elaboração de uma resolução do CONSEMMA, com a finalidade de
93 orientar a apresentação de projetos financiados com de recursos do FMMA. O
94 Conselheiro entende que o Termo de Referência é atribuição administrativa da SEMA e
95 que os conselheiros não têm competência técnica e administrativa para a elaboração
96 de tal documento, podendo o CONSEMMA atuar apenas no sentido de dar apoio e
97 informações para a elaboração do mesmo. A Sra. Presidente relatou que a
98 preocupação da SEMA é atender especificamente as necessidades do CONSEMMA,
99 assim, vai tentar ajustar as agendas e chamar os coordenadores das Câmaras
100 Técnicas para discutir o assunto numa reunião com o pessoal da SEMA. b)
101 Prorrogação de prazo Projeto de Lei EIV – Foi encaminhado ofício à Câmara e
102 Vereadores solicitado prorrogação de prazo para parecer do projeto de lei sobre o EIV.
103 Como o prazo para o parecer é até 05/03, a Sra. Presidente solicita o apoio daqueles
104 que puderem contribuir na elaboração do parecer. c) Conselho dos Parques – A pedido
105 da Câmara Técnica de Fauna e Flora, foi encaminhado ofício à SEMA, solicitando a
106 constituição do Conselho dos Parques. d) Participações do CONSEMMA - O
107 CONSEMMA participou da “Caminhada pela Democracia Urbanística”, realizada no
108 último dia 06 de fevereiro. Na oportunidade, foi feito um protesto contra os projetos de
109 lei defendidos pelo vereador Gaúcho Tamarrado, que se contrapõe questões de meio
110 ambiente importante para a cidade. A Sra. Presidente comunicou ainda, que o referido
111 vereador foi indicado para presidir a Comissão de Meio Ambiente da Câmara
112 Municipal, motivo de preocupação em virtude dos polêmicos projetos de lei que vem
113 sendo propostos e defendidos pelo vereador, entre eles, os que ameaçam a
114 preservação e conservação dos fundos de vale da cidade. O CONSEMMA já entregou
115 o parecer referente ao PL 80, que dispõe sobre o parcelamento de solo para fins
116 urbanos no Município. O Conselheiro Cícero sugeriu verificar no regimento da Câmara
117 de Vereadores, quais os encaminhamentos podem ser adotados e solicitar que todos
118 os projetos de cunho ambiental tenham parecer do CONSEMMA. **5) Apresentação**
119 **SANEPAR:** O Sr. Carlos Roberto Pinto, gerente geral da SANEPAR, juntamente com o
120 conselheiro Antônio Carlos Ajarilla, fizeram a apresentação de dados importantes sobre
121 os recursos hídricos e esgotamento sanitário da nossa região. De acordo com o Sr.
122 Carlos Roberto Pinto, a característica da ocupação das grandes cidades do Paraná foi
123 próxima a rios e espigões. Todas buscam água longe, pois dentro das cidades, os rios
124 são pequenos. Hoje, no Paraná, a demanda outorgada equivale a 4%, sendo que 54%
125 deste volume é utilizado para o abastecimento da população, 33% na agricultura, 8%
126 na indústria e 6% tem outra destinação. A média de consumo em Londrina é de
127 12m³/mês e 58% da população consome até 10m³, que é a taxa mínima. Há duas
128 estações de captação de água, a Cafezal que é tratada na Av. Jk e a do Tibagi, que é
129 tratada na estação do Limoeiro. Em Londrina, é captado cerca de 90% do esgoto e



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

130 100% do esgoto captado é encaminhado para tratamento. Em Londrina, a Sanepar é a
131 maior consumidora de energia da COPEL, responsável por consumir energia suficiente
132 para abastecer uma cidade de 10 mil habitantes. Hoje a Sanepar trabalha com um
133 sistema integrado, podendo abastecer qualquer parte da cidade e é responsável por
134 abastecer também a cidade de Cambé. O sistema Tibagi é responsável pelo
135 abastecimento de 70% da população de Londrina e 90% de Cambé. Além disso, a
136 região Norte conta com dois poços que captam água do Aquífero Guarani. Segundo o
137 Conselheiro, o custo operacional do da captação do Aquífero Guarani é muito alto,
138 devido ao desgaste dos equipamentos em virtude das altas temperaturas da água, que
139 chega a cerca de 53 graus. O Conselheiro Luiz Egídio questionou sobre o índice de
140 perda, o que foi esclarecido que as perdas chegam a 32% inclusos as perdas reais do
141 transporte devido à vazamentos, bem como as quantidades não medidas. Sobre a
142 instalação de 05 usinas acima da captação do Tibagi, foi esclarecido que existem
143 estudos sobre a interferência destas usinas e a SANEPAR vem acompanhando estes
144 processos, sendo que o maior problemas dessas usinas é em relação ao nível do rio. e
145 O convidado Daniel, do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Rolândia, questionou
146 se não seria mais barato investir na preservação dos rios e nascentes, como no caso
147 do Ribeirão Cafezal, por exemplo. Uma das formas seria o pagamento por serviços
148 ambientais e o incentivo ao aumento de áreas florestadas, incentivando os produtores
149 que conservam as florestas. O Sr. Carlos Roberto Pinto esclareceu que a SANEPAR já
150 estuda o envio de água do Tibagi para Rolândia, pois os ribeirões Jaú e Ema estão no
151 limite da sua capacidade. O conselheiro Cícero questionou sobre o modelo do atual
152 contato de concessão com a cidade de Londrina e se o mesmo prevê o repasse de 2%
153 como contrapartida ambiental, como tem sido feito em Maringá. Foi informado que este
154 levantamento está sendo feito pela ARSELON (Agência Municipal de Regulação dos
155 Serviços Públicos de Londrina). Foi informado que a SANEPAR propôs parte desses
156 recursos seja utilizado para financiamento e investimentos no sistema. A Prefeitura vai
157 fazer o levantamento sobre o que ela quer para a cidade e onde este recurso será
158 prioritariamente investido. Segundo o Conselheiro Ajarilla, possivelmente a Prefeitura
159 chamará a população para discutir o assunto, já que trata-se de um contrato de 30
160 anos. A SANEPAR já elaborou um Plano Diretor de Águas para o Norte do Paraná,
161 para os próximos 50 anos. Espera que seja transformado em lei estadual, visando a
162 preservação dos futuros abastecimentos. O Sr. Ney Domiciano questionou se há
163 projetos de expansão para Londrina, ao que o Conselheiro Ajarilla respondeu que hoje
164 Londrina trabalha com folga, mas que projetos deste tipo demoram cerca de 3 a 4 anos
165 para serem concluídos e demandam grandes financiamentos. O Conselheiro Gustavo
166 Góes questionou sobre o gerenciamento de risco do abastecimento, se há alguma
167 medida no caso de contaminação? Sobre a qualidade da água, há monitoramento de
168 elementos contaminantes? O monitoramento vai além do que as normas recomendam?
169 O Conselheiro Ajarilla relatou que a cada 6 meses é feito um estudo dos afluentes e
170 são monitoradas a presença de metais pesados, através de técnicas com
171 cromatografia e não tem sido encontradas alterações. Também é realizada a coleta de
172 lodo para análise. Estas informações estão disponíveis o site da SANEPAR, onde



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

173 constam os resultados sobre a qualidade da água, obrigatório para atender a Portaria
174 do Ministério da Saúde. Em laboratório, é possível realizar a análise microbiológica,
175 verificar a presença de algas e cianobactérias e estes resultados saem em até 4 horas.
176 Também existe um contrato com a Usina Mauá, para controle das comportas, de forma
177 a não comprometer o abastecimento, além de controle de risco de acidentes na
178 rodovia, que venham a comprometer mananciais de abastecimento. A SANEPAR
179 implantou a ISSO 9001 e recentemente, se certificou na ISSO 31000 (riscos
180 ambientais), tendo definido plano de ações, além de pessoal treinado para atender a
181 riscos 24 horas por dia. A Polícia Rodoviária, o IAP e a Defesa Civil comunicam a
182 SANEPAR faz o monitoramento, se preciso, é feita a utilização de barragens e
183 contenção para não comprometer a qualidade da água. Também é utilizado um
184 sistema *on line* de controle de nível de vazão ou inundação. Na sequência, o
185 conselheiro Ajarilla fez um convite ao CONEMMA para conhecer o sistema da
186 SANEPAR. Foi questionado se há algum trabalho desenvolvido pela SANEPAR na
187 recuperação de mata ciliar rio acima da captação, o que respondeu que há uma
188 parceria da SANEPAR com a Klabin neste trabalho, mas é muito incipiente ainda,
189 faltando parcerias. Em Apucarana é desenvolvido o projeto Oasis, financiado com
190 recursos da Sanepar e visando a preservação de nascentes. O conselheiro Cícero
191 propôs o encaminhamento de ofício do CONSEMMA questionando a arrecadação dos
192 2% da contrapartida ambiental da Sanepar e andamento desta questão junto à
193 Prefeitura. O conselheiro Gustavo Marconi se prontificou a fazer a minuta do ofício,
194 dirigida ao município, solicitando informações sobre o contrato e levantamento do título
195 patrimonial da Sanepar. A proposta de encaminhamento foi aprovada por unanimidade.
196 **6) Calendário de Reuniões:** foi apresentado o calendário de reuniões ordinárias para
197 o ano de 2015, sendo o mesmo aprovado com uma abstenção do conselheiro Cícero,
198 que questionou sobre as reuniões descentralizadas que foi indicado em conferência. A
199 Sra. Presidente esclareceu que as mesmas já foram propostas pela câmara técnica da
200 Agenda 21 e deverão ser realizadas ao longo deste ano. **7) Calendário da**
201 **Conferência e Pré-Conferências Municipal do Meio Ambiente:** foi proposto um
202 calendário para a conferência e e suas pré-conferências ao que a Conselheira Maria
203 José sugeriu estender o calendário com apenas uma pré-conferência por data,
204 permitindo maior participação dos conselheiros e interação com as comunidades locais.
205 O Conselheiro Paulo Gutierrez sugeriu a permanência do calendário mas com a
206 constituição de uma comissão para fazer as visitas de sensibilização e divulgação nos
207 locais de realização das pré-conferências, podendo estas substituir as reuniões
208 descentralizadas do Conselho. As CTA21 e CTEA se propuseram a elaborar a
209 proposta de calendário das reuniões com os distritos e das pré-conferências e trarão
210 para discussão na próxima reunião. O Conselheiro Cícero solicitou que, se necessário,
211 sejam rediscutidas as datas propostas para não confrontar com outras conferências. **8)**
212 **Apresentação de orçamento de Material Gráfico para a Conferência:** A Sra.
213 Presidente informou que enviou por e-mail os orçamentos para confecção de material
214 para a Conferência. O material é composto por *folders*, cartazes, certificado, crachás,
215 pastas e panfletos. O Conselheiro Paulo Gutierrez propõe que seja elaborado um



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

216 projeto para a Conferência e que a Comissão Organizadora se encarregue de cuidar
217 dos detalhes, como a elaboração do material gráfico. Sugeriu ainda a indicação da
218 comissão para a próxima reunião. Ao final da reunião, a Sra. Presidente solicitou aos
219 conselheiros que participassem das ações do CONSEMMA, pois há muito trabalho e
220 poucas pessoas que contribuem, sendo necessário o apoio de todos. A reunião foi
221 declarada encerrada às 22h05min. sendo lavrada a presente ata que, se lida e achada
222 de acordo, segue assinada por mim, Maria José Sartor, secretária designada, e pela
223 Sra. Presidente, Roberta Silveira Queiroz.